

Imprensa e abolição: Vassouras e a crise do trabalho escravo (1885 – 1888)

Vinicius Gomes da Silva*

Muitos são os trabalhos historiográficos relacionados ao tema da abolição do trabalho escravo no Brasil, mas em grande parte, estes trabalhos têm por referência a cidade do Rio de Janeiro, ou importantes cidades cafeeiras da província de São Paulo. Este artigo busca promover uma análise de como esse debate ocorreu na região que compreendia a cidade de Vassouras, importante região de produção de café, que no período mais efervescente do debate abolicionista, e que culminou com a Lei Áurea 1888, passava por um momento de decadência econômica, mas que nem por isso deixou de ser um centro importante do debate abolicionista, pois ainda possuía um enorme contingente de trabalhadores em condições de escravos.

I - Vassouras: Breve história sobre a “Princesa do Vale”

Segundo o historiador Flávio dos Santos Gomes, até fins do século XVIII, a região de Vassouras tinha sido escassamente povoada. A área era ocupada por algumas pequenas roças e pequenos ranchos na beira das estradas e dos caminhos que cortavam a região, servindo como trilha para tropeiros provenientes das zonas auríferas de Minas Gerais, sendo local de abastecimento de tropas de mulas que ali passavam com gêneros de primeira necessidade. O rápido povoamento da região de Vassouras deu-se, principalmente, nas primeiras décadas do século XIX, determinado pela expansão cafeeira, para qual contribuíram a exaustão das regiões auríferas de Minas Gerais e a eliminação de grupos indígenas que habitavam a região. (Gomes, 1995)

O surgimento e desenvolvimento da cidade de Vassouras foi algo bastante peculiar, em 1819 funda-se a vila de Valença e em 1833 a vila de Vassouras. Em 1857, já então em seu auge, Vassouras foi elevada à condição de cidade. Como especificidade, Vassouras concentra o núcleo urbano mais importante do Vale no período do Império, com grandes fortunas, grandes fazendas e numerosa população escrava, tendo por consequência a concentração também de boa parte da camada superior da boa sociedade imperial. (Salles, 2008)

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ, aluno do curso de Mestrado Acadêmico em História Social.

Apesar de grande proeminência econômica e social, Vassouras passou por diversos momentos de instabilidade social, devido principalmente ao seu enorme contingente de mão-de-obra escrava. A década de 30 foi marcada por atos de violência entre senhores e escravos, sendo o mais importante do período o Levante de Manoel Congo em 1835, com participação estimada de 400 escravos de duas fazendas da região. Em outros diversos momentos, a cidade de Vassouras e região, sofrem com esses diversos levantes, tentativas e até mesmo, especulação.

Em 1848 houve a notícia de uma tentativa de “insurreição geral dos escravos do município”. Nas décadas de 50 e 60, os temores revigoraram, sendo em 1856 na cidade de Vassouras e em 1865 em Valença, Paraíba do Sul e Barra Mansa. Em 05 de agosto de 1854, fazendeiros alarmados de Vassouras, deliberaram sobre a nomeação de uma “Comissão Permanente”, recomendações e instruções que visavam combater possíveis surpresas, como insurreições parciais.

A propriedade escrava nasceu concentrada em Vassouras, abastecida por cativos africanos num curto período de tempo, mantendo-se concentrada e disseminada até períodos próximos ao fim da escravidão, sendo uma diferença de Vassouras para as demais regiões, a maior concentração de cativos por parte dos megaproprietários, proprietários com um número superior a 100 escravos, mesmo que essa concentração não fosse resultado de uma concentração “qualitativa” de mão-de-obra escrava. (Salles, 2008)

Além da questão da concentração da mão-de-obra, outro fator peculiar na história de Vassouras, fator este resultado da pesquisa do professor Ricardo Salles, é a questão da reprodução natural positiva dos plantéis de escravos na região. Em finais da década de 1860, surge em Vassouras um novo perfil para escravidão, os plantéis e as comunidades de senzala passaram a tender à estabilidade, sendo nessa situação, um maior ganho de segurança para as famílias de cativos, fosse pela pressão que os próprios cativos exerciam em sua defesa contra a lógica de mercado, fosse porque passaram a ser mais valorizadas pelos senhores como base para a expansão ou manutenção numérica dos plantéis. Os casamentos ou uniões estáveis entre os escravos de Vassouras eram uma realidade que repousava, por um lado, sobre o cada vez maior equilíbrio entre os

sexos e a maior estabilidade dos plantéis e, por outro, resultava em um número crescente de filhos entre estes cativos.

Todo este processo de crescimento da população cativa de forma natural na região de Vassouras é, possivelmente, acompanhado de melhoria nas condições de vida dos escravos, principalmente, a partir da extinção do tráfico internacional de escravos. Com isso, tem-se a percepção de que a lei de 28 de setembro de 1871 teve impacto sobre uma região escravista que, mantidas as condições sociais e demográficas engendradas durante a década de 1860, apresentava plenas condições de se auto-reproduzir de forma estável, sem grandes aportes externos de mão-de-obra e por um longo tempo.

A lei de 1871 ocorreu num momento em que a cidade de Vassouras ainda vivia um período de prosperidade, mesmo já sofrendo um declínio na produção de café. Segundo Ricardo Salles, a fusão de seus interesses, no caso da cidade de Vassouras, com o Estado Imperial, que havia alicerçado a expansão da classe senhorial a partir da década de 1840, começou a se desfazer. Em face da montante opinião pública, nacional e internacional abolicionista, os senhores do sudeste não conseguiram evitar a aprovação da lei, sendo projetada pela primeira vez para os fazendeiros da região de Vassouras e também do restante do Império, uma lei que determina um prazo para o fim da escravidão

A partir de 1880 a cidade de Vassouras passa para uma fase de decadência, que já havia dado seus indícios anteriormente, como no caso da diminuição da produção de café e sua perda de influência, como classe senhorial, para com a política Imperial. Mas ainda sim, esta região é detentora de numerosos plantéis de escravos, remanescentes desta fase gloriosa e importantes senhores de escravos, totalmente ligados no debate que ocorre sobre a extinção do trabalho escravo no Brasil.

II- Imprensa e abolicionismo

Apesar de serem objetos diferentes e possuidores de histórias também diferentes, principalmente, no que se refere há finais do século XIX e, mais especificamente, às décadas de 1870 e 1880, tanto a imprensa, quanto o movimento abolicionista, ganharam contornos na história do Brasil, na qual ambos estarão intimamente ligados,

proporcionando desenvolvimento para ambos e promovendo uma transformação que abalará as bases de uma instituição que se parecia já consolidada, a escravidão.

Mesmo compreendendo que nem toda a imprensa serve de propaganda para o movimento abolicionista, e que também o movimento abolicionista é muito mais amplo que a publicação de panfletos e periódicos de cunho propagandístico da causa libertadora, ao se combinar esses objetos e os misturar em um cenário carregado de problemas de cunho social, político e econômico - que é o caso do Império brasileiro, no século XIX, desgastado por uma pressão humilhante por parte do abolicionismo da coroa britânica, vindo de uma guerra que marcara profundamente o cenário nacional e de uma população cada vez mais influenciada por idéias “subversivas” a ordem - cria-se um momento único e com potencialidades diversas, que pode definir por um longo tempo, os rumos e futuro de uma nação.

A imprensa tem seu “nascimento” no Brasil somente no século XIX, mais especificamente em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil e a criação da Imprensa Régia. Segundo Humberto Machado (2008), antes da década de 1870 e, mais especificamente, na década de 1880 no Brasil, não se pode afirmar que a imprensa seja uma instituição forte e capaz de fomentar uma opinião pública, adquirindo, assim, poder de interferir nas decisões da sociedade do momento. Porém, o que se percebe, é que ela sofre alguns “surto” de crescimento, como no momento da independência do Brasil, com o aumento significativo no número de periódicos a circularem no Brasil. Outro momento de crescimento e desenvolvimento da imprensa no Brasil foi à década de 1860, em que os jornais brasileiros, especialmente os da Corte, podiam exprimir-se livremente.

Com o início da década de 1870, a imprensa no Brasil alcança um desenvolvimento muito grande, que só tende a aumentar com o passar do tempo, sofrendo uma drástica mudança e passando a exercer uma função cada vez mais atuante e poderosa na sociedade brasileira. Segundo a autora Marialva Barbosa, diversos são os fatores que proporcionam essa nova fase da imprensa no Brasil, tendo como principal veículo os jornais, mas também proporcionando a produção de revistas, folhetins e outras publicações. A autora também afirma que essas transformações foram mais intensamente sentidas na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império.

O jornal neste período era lido em voz alta nas rodas noturnas familiares e, pelo menos, quatro pessoas tomavam conhecimento do conteúdo de um único número, sendo o jornal possuidor de muito mais ouvintes que leitores. Suas diversas ilustrações possibilitavam um parcial entendimento da informação por parte de pessoas analfabetas; os textos literários, que cada vez mais tomavam espaço nos periódicos, também eram uma forma de popularização destes jornais; histórias infantis e artigos sobre moda atraíam cada vez mais o público jovem e as mulheres; e os espaços reservados as queixas do cidadão, que poderiam ser dirigidas tanto a instituições, como para outras pessoas, promoviam um campo extremamente vasto de leitores e ouvintes desses jornais, acrescentando-se dos já antigos leitores oriundos das elites e dos militares, somando-se agora os militares de baixa patente. (Barbosa, 1996)

Com essa amplificação do espaço de influência dos jornais, a leitura desses periódicos passa a se tornar cada vez mais um hábito para uma parte das pessoas, tornando-se muito frequente nos bondes, nas casas, nos trens, nas calçadas, compondo as horas livres do dia. Toda a vida intelectual passou a ser dominada pela grande imprensa que se constituía na principal instância de produção cultural. Cria-se uma verdadeira “opinião pública” urbana, que ansiava pela orientação dos homens de letras. (Barbosa, 1996)

A partir de 1880 os diários do Rio de Janeiro se constituíram em verdadeiras “fábricas de notícias”, cuja principal função era, sem dúvida, formular e sedimentar ideologias. Seu discurso visava à legitimação do próprio poder público e da perpetuação das classes dominantes. Sempre destacando a importância do progresso, da civilização, da disciplinarização, visava informar, mas, sobretudo, orientar a opinião pública, sendo seu objetivo sempre atingir o leitor, angariando assim, cada vez mais poder. (Barbosa, 1996)

Com todo esse aparato, o sucesso desses periódicos foi algo visível nesta sociedade, buscando para si diversos títulos como protetor e fiscalizador. Valorizaram notícias de violência e questões do cotidiano, exatamente por que agradava cada vez mais os leitores. Outro tema que foi amplamente discutido pelos jornais, principalmente na década de 1880 e que, nesse caso, promoveu benefícios para ambos, tornando-os cada vez mais populares, foi o discurso abolicionista.

Segundo Humberto Machado, o discurso abolicionista foi capaz de formar dois campos opostos na imprensa do Brasil. Enquanto uma parte queria romper o “dique da escravidão” de diferentes formas e por diferentes motivos, outros insistiam na sua preservação. Já a autora Marialva Barbosa afirma que, os temas abolicionistas e republicanos desenvolvidos nos periódicos surgidos no decorrer de 1870 a 1889, prepararam terreno para um novo jornalismo que seguirá os passos da polêmica até a primeira década do século XX, sendo a campanha em prol da abolição um movimento urbano popular, que atingiu vários segmentos da sociedade.

Entrando no tema abolicionismo, segundo Robert Conrad o primeiro golpe sério contra a escravidão no Brasil, só ocorreu em 1851 e 1852, pela supressão do tráfico africano, quando, então, a sua fonte de abastecimento foi cortada. Apesar de ser um marco na história do fim da escravatura no Brasil, a lei Eusébio de Queirós (1850), que extingue de vez o tráfico transatlântico de escravos, não foi obra repentina ou uma suposta ação do movimento abolicionista brasileiro, mas, sim, ocorreu devido a pressões estrangeiras. Pressões essas promovidas, basicamente, pela coroa britânica. Foram, mais ou menos, quarenta anos de campanha contra o tráfico internacional de escravos no Brasil, sendo negociados diversos tratados com o governo do Brasil e de Portugal entre 1810 e 1826, tendo sido todos eles recebidos com grande relutância por parte dos governantes brasileiros. (Conrad, 1979)

Como efeito quase que imediato da supressão do tráfico internacional de escravos para o Brasil, surge à migração forçada dos escravos brasileiros oriundos das regiões norte, oeste e extremo sul, rumo às plantações do sudeste, basicamente os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, para alimentar a expansão da lavoura do café. Tal fato ocorre, essencialmente, pela maior capacidade financeira dos plantadores de café, em concorrência com outros brasileiros, por uma mercadoria que se tornou escassa.

Algumas propostas para solucionar essa escassez de mão-de-obra ou, pelo menos, tentar manter plantéis com número razoável de escravos foram levantadas, como a tentativa de promover a reprodução natural, tendo como o exemplo os Estados Unidos. Tal solução fracassou em quase todos os lugares, sendo Vassouras, como foi exposto anteriormente neste trabalho, segundo o historiador Ricardo Salles, uma das exceções a

conseguir êxito nesta empreitada. Outras soluções também foram propostas como, a promoção da imigração chinesa, européia e africana, sendo a imigração, até pouco tempo antes da abolição, uma alternativa que nunca conseguiu se desenvolver suficientemente no que se refere a satisfazer as necessidades de mão-de-obra das plantações.

A década de 1860 é permeada de diversos acontecimentos que vão influir diretamente na escravatura brasileira. Externamente, a libertação dos escravos nos Impérios português, francês e dinamarquês; a libertação dos servos russos em 1861 e a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865). Em 1865, apenas a Espanha, com suas colônias de Cuba e Porto Rico, acompanhava o Brasil como uma importante nação escravocrata. Internamente, o desenvolvimento de um movimento emancipacionista significativo; o evento que ficou conhecido como o “caso Christie”, rompimento diplomático com a Inglaterra, que resultou numa represália britânica a navegação brasileira e um bloqueio naval de seis dias na cidade do Rio de Janeiro; e talvez o grande acontecimento desta década que é a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), que retarda o debate sobre as leis emancipacionistas na década de 1860, mas promove mudanças drásticas na sociedade brasileira. (Conrad, 1979)

A partir da década de 1870, surgem debates sobre a legitimidade da escravidão e o direito a indenização da propriedade escrava. Nesse momento, em alguns lugares, passa-se a perceber a escravidão como uma empresa de risco. Áreas cafeeiras do oeste paulista surgem no cenário nacional como violentas, acreditando-se que o motivo para este fato seja a região receber massas de escravos desenraizados, provenientes do tráfico interprovincial.

Segundo Evaristo de Moraes, a lei de 28 de setembro (lei do Ventre Livre), fora posta em execução em meio a tremendas apreensões dos que lhe tinham combatido o projeto e das exageradas esperanças dos que a haviam preparado e defendido perante o corpo legislativo e a opinião pública. O perigo com a insurreição geral de escravos, desordem e anarquia social não aconteceu. Por outro lado, a marcha da libertação gradual que a lei confiara ao fundo de emancipação e a generosidade dos particulares se revelava lenta e ineficaz. A intenção da lei Ventre Livre, era estabelecer um estágio de evolução para um sistema de trabalho livre, sem causar grande mudança imediata na

agricultura ou nos interesses econômicos. Fora planejada para re-estabilizar a vida econômica e social do país; para corrigir os estragos que a disputa sobre a escravatura infligiria na agricultura; para restaurar a confiança dos plantadores e para revitalizar o crédito agrícola. (Moraes, 1986)

Segundo Joaquim Nabuco, a terceira fase do movimento de libertação escrava - a qual ele classifica como o verdadeiro abolicionismo e que incide no combate direto ao direito de posse, contra a legalidade e legitimidade da escravidão, quando realmente se busca dar liberdade a esses escravizados - inicia-se em 5 de março de 1879, no seu viés parlamentar, que precedeu a popular. A verdade é que na década de 1880, o movimento em prol do fim da escravatura no Brasil toma contornos irreversíveis, que culminaram com o fim da escravidão no Brasil.

Já descontentes com as consequências causadas pelo tráfico interprovincial e a lei Rio Branco, que causaram escassez de mão-de-obra, além de fazer cair o preço dos escravos e torná-los uma mercadoria não lucrativa, alguns fazendeiros do norte do Brasil começaram a se colocar opostos a escravatura, sugerindo reformas que pudessem atrair a população ociosa. A seca, particularmente séria no Ceará, causara um aumento incisivo no fluxo de escravos fora da província, sendo tais fatores catalisadores do rápido emancipacionismo da província cearense, tendo como principais atores, os jangadeiros de Fortaleza, que se recusaram a transportar os escravos, mas também houve forte apoio popular. Além do Ceará, destacam-se como províncias que desenvolveram rápido movimento abolicionista, o Amazonas e o Rio Grande do Sul. (Conrad, 1979)

A década de 1880, na verdade, é marcada por uma cada vez maior adesão ao movimento em prol da abolição e também de uma reação cada vez mais violenta e opressora dos ainda remanescentes proprietários escravocratas, que tinham a intenção de proteger os interesses da grande lavoura, principalmente, a do café, da qual eles julgavam ser totalmente dependente da mão-de-obra escrava africana. Em 1883, surge a Confederação Abolicionista, criada na redação da Gazeta da Tarde, no município da Corte, com o objetivo de unir os já diversos movimentos abolicionistas espalhados pelo Império. Em agosto de 1883, o Manifesto da Confederação abolicionista, escrito por

André Rebouças e José do Patrocínio, foi lido perante quase duas mil pessoas no teatro D. Pedro II do Rio de Janeiro.

A partir de 1884, o abolicionismo da capital do Império tomou pela primeira vez o caráter de movimento de massas. Também na mesma data, a província do Ceará praticamente aboliu a escravidão. Cidadãos das classes média e superior, mostram-se particularmente ativos no movimento, bem como o vasto setor imigrante, composto por alemães e italianos, manifestando-se opostos a escravatura. Províncias do norte, além de Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, têm o espocar de grupos ligados ao interesse de acabar com a escravidão do Império. Cidades com grande concentração de escravos e propriedades voltadas para o mercado externo sofrem cada vez mais com os ataques dos grupos abolicionistas e com a rebeldia cada vez maior dos escravos.

Todo este movimento tem por consequência, provocar a ira e a insatisfação dos proprietários de terras escravos, que buscam proteger seus bens e direitos, imprimindo forte e violenta repressão. A criação do Centro de Lavoura e Commercio foi uma demonstração de oposição ao crescimento do movimento em prol da abolição, sendo clara a resposta de que a reação pró-escravatura não ia ficar somente nas declarações de políticos.

No ministério do Barão de Cotegipe, político conservador, promulgou-se a lei dos Sexagenários (1885), favorável aos interesses escravocratas, em sua maior parte. Sendo classificada como uma lei complexa e retrógrada pelos abolicionistas, ela, inicialmente, cumpre com seu objetivo, que é o de frear o ímpeto do movimento de libertação. Mas apesar de relativo sucesso, no que se refere a frear o movimento abolicionista, este sucesso torna-se passageiro e muito curto.

O início de 1887, segundo a autora Maria Helena Machado, marca a derrocada da escravidão enquanto instituição e regime de trabalho. Os escravos não mais estavam dispostos a se submeterem a tratamentos que lembrassem a escravidão, sendo este período marcado por forte violência e repressão. Este momento também é o de maior exposição dos abolicionistas, principalmente, devido à conjuntura mais favorável. Abolicionistas, além de incitar fugas, passam a escoltar os fugitivos até um lugar de

refúgio, sendo, principalmente, a cidade de Santos, com seu imenso quilombo do Jabaquara, o principal refúgio. (Machado, 1994)

O movimento de fugas e abandono do leito de trabalho por parte dos escravos, provocou mudanças significativas no quadro político, econômico e social do Império, em meados de 1887. Uma das modificações mais expressivas foi a rápida transformação da província de São Paulo, que como citado anteriormente, era um dos berços da resistência à abolição, em emancipacionista, incluindo aí seus fazendeiros e políticos, todos dispostos a conceder a liberdade aos seus escravos.

Os únicos defensores importantes da escravatura em 1888 eram o ministério Cotegepe e os fazendeiros da província do Rio de Janeiro. Esta resistência da província do Rio se deu pelo fato dos escravos nessa região ainda serem numerosos e, também, porque os fazendeiros tinham empobrecidos. O valor nominal de escravos excedia o valor das terras e, assim, a abolição ameaçava os fazendeiros, particularmente os do Vale do Paraíba, da ruína financeira. (Conrad, 1979)

[A lei de 13 de maio] “limitou-se a reconhecer e confirmar um fato preexistente, evitando com esse reconhecimento as maiores perturbações e desordem, se não terríveis calamidades. A emancipação estava feita no dia em que os ex-escravos recusaram marchar para o eito e começaram o êxodo das fazendas. A lei confirmou-a, deu-lhe sanção dos poderes públicos, mas sem a lei não deixaria de ser um fato que se impunha contra todas as resistências”, ponderava o Jornal do Commercio em outubro de 1888. (Castro, 1997)

III- Nas colunas do Vassourense

Na década de 1880, o principal meio de comunicação a circular na cidade é o jornal. Como principal jornal da cidade no período e objeto de análise deste artigo, destaca-se o jornal “O Vassourense”, fundado em 1882 por Lucindo Filho. Apesar da importância do jornal “O Vassourense”, esse não era o único jornal da cidade. O jornal “O Vassourense” cita em uma de suas edições, no ano de 1885, a existência de mais seis jornais na cidade, sendo eles “O Porvir”, “Labaro”, “Canario”, “Quinzena”, “Tentamen” e “Beija Flor”. Lucindo Filho era redator e proprietário do jornal “O Vassourense”, sendo além de jornalista, médico, musicista, poeta, professor e político. Sua atividade

jornalística começou em 1873, quando fundou o periódico “O Município”, e só findou com sua morte, ocorrida em 1896. Exerceu diversos cargos públicos, entre eles o de suplente de Juiz Municipal e de Órfãos, de jurado no tribunal do júri e de delegado de polícia substituto. (Martins, 2007)

O Vassourense possui diversas características, características essas que demonstram, o quanto este periódico, estava atrelado ao desenvolvimento da imprensa jornalística do período. Essas características são o papel de fiscalizador, o de intermediário entre o público e o poder, o de defensor dos fracos e oprimidos; ligado intimamente à política, política essa, não só restrita à cidade de Vassouras, mas atenta ao que ocorre na política Imperial da década de 1880; também separa espaços para histórias, no mínimo curiosas, demonstrando as formas de pensamento desta sociedade e seus preconceitos; além de fazer a parte comercial com editais e propaganda de produtos e serviços.

Embora busque uma pretensa neutralidade e imparcialidade, ao promover debates em relação à cultura do café, ao trabalho realizado por mão-de-obra escrava e à política exercida por parte daqueles que estão no poder, o jornal “O Vassourense”, por intermédio de seus redatores, deixa escapar algumas de suas preferências e prováveis soluções, as quais acreditam ser mais eficazes. Suas posições não são estáticas, apoiando ora uma posição, outrora outra e, às vezes, duas ou mais posições diferentes. Isso demonstra quão variadas eram as soluções propostas para a resolução da crise do fim do século XIX e que, apesar de supostamente apenas uma ter triunfado, a imigrante, outras propostas foram levantadas.

Nos debates desenvolvidos pelo “O Vassourense”, percebe-se certa inclinação à questão da colonização por parte do trabalhador nacional livre, principalmente os ex-escravos. Algumas colunas do periódico foram designadas para demonstrar os benefícios da manutenção da mão-de-obra já existente na localidade, sempre com o argumento de que como não é mais possível manter a escravidão, que pelo menos esse trabalhador permaneça na região, evitando a escassez de braços para o trabalho.

Apesar da intenção de se aproveitar o trabalhador nacional, o projeto de colonização europeia também foi defendido pelo periódico, que lhes dedica amplos

espaços. Muito se fala sobre a província de São Paulo, delegando a ela os maiores êxitos na política de atração do imigrante europeu. Mas também há exemplos da província do Rio de Janeiro, da Corte e de Minas gerais.

Além da questão de colonos nacionais ou imigrantes, o jornal também destaca outros fatores como a lei dos Sexagenários e suas atribuições, a data do pagamento dos impostos relativos à posse de escravos, a busca da modernidade, algo que muitos acreditavam ser difícil de conquistar tendo a escravidão como regime de trabalho. Também é de se destacar a importância da educação, que para alguns abolicionistas, era um fator de suma importância; além a proposta de desenvolver outras culturas, como a cana, diversificando a produção brasileira, que para muitas sofria com o exclusivismo da cultura cafeeira.

Há de se estranhar no periódico, a falta de relatos sobre fugas em massa e abandono do eito de trabalho com recusa a retornar, mesmo nos anos de 1887 e 1888, onde boa parte da historiografia sobre o tema afirma ser um período de instabilidade na organização do trabalho nas lavouras do Centro-Sul do Império. Pode-se pensar que a região viveu certa “paz” neste momento de crise, mas acredito que o jornal foi omissivo em publicar esses casos

Com o aproximar do fim da década de 1880 e a certeza, cada vez maior, do fim da escravatura, um ato que era muito comum por parte dos senhores de escravos, sendo utilizado como válvula de escape e auxiliando, de certa forma, no controle da escravaria, a concessão de liberdade, ou a entrega de cartas de alforria, tomam uma nova proporção e um novo sentido.

Nos anos de 1887 e, principalmente, no início de 1888, elas crescem de forma assustadora em números e torna-se agora uma conquista ou, às vezes, uma única saída para o proprietário, deixando o seu caráter de concessão. Com a abolição cada vez mais próxima, muitos acreditavam ser ela a única maneira de segurar essas pessoas no local de trabalho, outros acreditavam que era a coisa certa a se fazer e muitos não viram outra opção, pois mesmo se negasse a carta, essas pessoas já haviam conseguido a sua liberdade “na marra”.

O jornal o Vassourense e a própria sociedade da cidade de Vassouras, não passam imunes a esta “avalanche” de liberdades, sendo o jornal um portal para anunciar as abolições que ocorrem na região e no entorno. Sempre tomada como algo positivo e digno de festa, o periódico publica esses casos de forma entusiástica e coloca-as como exemplo a ser seguido pelo restante da sociedade.

Com a proximidade do 13 de Maio, o periódico passa a praticamente fazer propaganda abolicionista. Logicamente que de forma moderada e, por interesses ainda obscuros, mas seus espaços são cada vez mais dedicados à causa da abolição e até se apela para o lado humano das pessoas. No periódico do dia 13 de maio, fica declarado o apoio do jornal ao fim da escravidão no Brasil. Nesta edição ele declara as etapas que a lei percorreu e a possível assinatura da lei ainda no mesmo dia ou quem no dia seguinte, sendo este ato, um ato que levará a nação a aspirar ares de “civilização moderna”. E exatamente no dia 20 de maio de 1888, o jornal publica a tal calorosa e interessante Lei áurea, que pôs fim à escravidão no Brasil.

Conclusão

Este trabalho, através do periódico “O Vassourense”, buscou entender como essa sociedade reagiu, e mais precisamente, como se posicionaram, ante ao fato da crise da escravatura e seu possível fim, as pessoas que compõem esse periódico e que são formadoras de opinião nesta sociedade tão evoluída. Se analisarmos somente os jornais publicados em 1888, mais exatamente entre os meses de março e maio, fica muito fácil responder essa pergunta. O jornal é amplamente favorável à questão da abolição, dedicando enormes espaços de suas publicações à defesa da causa, enaltecendo cada cidadão que comete um ato de generosidade, ao libertar um escravo do cativo.

Mas tendo acesso ao periódico desde o ano 1885, encontramos em suas colunas, alguns anúncios que dão notícias sobre escravos fugidos, venda de escravos e reuniões do Club de Lavoura, onde os interesses mais nobres são o de manutenção da propriedade e da riqueza para as elites já existentes. Essas características não condizem com o movimento abolicionista que Joaquim Nabuco dirigiu, ou com as idéias de José do patrocínio, ou com as atitudes tomadas pelos periódicos da província do Ceará, que

se opuseram à escravidão, entre outros tantos, denotando seu caráter apenas emancipacionista.

Referências bibliográficas:

BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Hebe Mattos de. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In Luiz Felipe Alencastro (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MACHADO, Humberto. “Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil”. In **LESSA**, Mônica Leite e **FONSECA**, Silvia Carla Pereira de Brito (org.), *Imprensa, pensamento político e historiografia (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/EDUSP, 1994.

MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. *Colonização e política: debates no final da escravidão*. Rio de Janeiro. Editora Ateliê 2007, 2007.

MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Brasília. 2º edição: Universidade de Brasília, 1986.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.